

# Faz falta a boa divulgação do ensino técnico

» JOSÉ PASTORE

Professor da FEA-USP, presidente do Conselho de Emprego e Relações do Trabalho da Fecomercio-SP e membro da Academia Paulista de Letras

Revelei no “Estadão” o meu desapontamento com a pouca atenção da imprensa escrita, falada e televisada para com um dos fatos mais relevantes do ano: 64 brasileiros competiram com 1.400 alunos de 70 países e classificaram o Brasil em segundo lugar, depois da China, no mais difícil concurso de formação profissional do mundo — o World Skills, realizado, em setembro passado, em Lyon na França.

A medalha de ouro foi conquistada por Bruna P. Martins, aluna do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial do Rio de Janeiro (Senac-RJ). Quatro jovens ganharam medalhas de prata: André L. Dono (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial de São Paulo — Senai-SP), João L. Guimarães (Senai-SP), Victor R. Ferreira (Senai-MG) e Estéfany S. Marengoni (Senac-PR). Houve ainda a conquista de três de bronze e 27 de “excelência profissional”.

Essas conquistas mereciam maior divulgação para estimular o ensino técnico-profissional no Brasil. As pesquisas são inequívocas a respeito da grande contribuição desse tipo de ensino para os jovens, as empresas e a economia brasileira. Os

egressos do Senai e Senac são disputados pelas empresas, logo se empregam, têm pouca rotatividade e ascendem na carreira com muita rapidez. Além disso, têm salário inicial 32% mais altos do que os que passam apenas pelo curso médio convencional. Vejam este fato: para cada R\$ 1 investido em escolas profissionais, há um ganho de R\$ 3. É uma taxa de retorno fantástica, segundo *O impacto da educação técnica*, de Ricardo Paes de Barros e colaboradores.

Infelizmente, apenas 10% dos jovens brasileiros cursam essas escolas, enquanto nos países avançados a média está em 50%. Os autores do livro citado estimam que, se o Brasil educar 20% dos jovens no ensino técnico-profissional, o Produto Interno Bruto (PIB) crescerá mais 2,32% ao ano por um longo período. É outra taxa de retorno fenomenal!

Por isso, a qualificação profissional precisa ser muito estimulada. As vitórias dos brasileiros na World Skills deviam ter sido amplamente divulgadas, não para alimentar a vaidade dos ganhadores (eles não precisam disso), mas para motivar jovens, escolas e governantes a dar mais atenção a esse tipo de ensino.

O Brasil tem muito o que caminhar nesse campo. Segundo pesquisa de 2024 realizada pelo Institute of Management Development (IMD), em Lausane (Suíça), entre 67 países estudados, ficamos na penúltima posição no ranking de competência profissional. O que mais nos prejudicou foi a educação de má qualidade recebida pelos nossos jovens. Nos testes da pesquisa, eles demonstraram uma baixa capacidade de raciocínio, compreensão inadequada de textos e limitadíssimo domínio de operações matemáticas e de línguas.

Para acompanhar as mudanças que ocorrem no mercado de trabalho, impõe-se um sistema de educação, qualificação e requalificação de boa qualidade e oferecidos de forma contínua. Acabou a era em que se podia parar de aprender depois de diplomado. Os jovens que brilharam em Lyon sabem disso e mostraram que estão preparados para estudar a vida toda. Volto ao ponto de partida. Sugiro à grande imprensa ampliar muito a mensagem limitada que apresento neste artigo.

## Articulações para consolidar o poder em 2025

» GABRIEL AMARAL

Cientista político, doutorando em administração pública e sócio da I3P Risco Político

As eleições para a Presidência da Câmara dos Deputados trazem um cenário de alta tensão, onde estratégias habilidosas e articulações políticas intensas desenham o futuro do parlamento brasileiro. O atual presidente, Arthur Lira (PP/AL), lançou seu apoio a Hugo Motta (Republicanos/PB), num movimento que sinaliza uma aposta na continuidade da governabilidade e da estabilidade institucional. Com a escolha de Motta, Lira tenta projetar uma liderança confiável e previsível para enfrentar os desafios de 2025. Motta é apresentado como o nome certo para unir o parlamento, qualificando-se como uma figura de segurança e alinhamento. Lira enfatiza as habilidades de Motta para articular e conduzir os debates com leveza e autoridade, acreditando que ele tem as qualidades necessárias para consolidar uma governabilidade eficaz.

Contudo, a disputa é mais ampla e diversa. Antonio Brito (PSD/BA), deputado que optou por manter uma candidatura independente, propõe uma alternativa com foco em pluralidade e consenso, ao mesmo tempo em que constrói uma base de apoio que valoriza a diversidade entre os partidos. Para Brito, “o consenso se constrói em pautas que beneficiem a Casa”, uma visão que traz frescor e uma nova proposta de liderança. Em outra frente, Elmar Nascimento (União Brasil/BA) — que, inicialmente, parecia ser o candidato natural de Lira — reafirma sua candidatura com uma postura voltada à renovação e à pluralidade democrática. Nascimento defende um parlamento vibrante, em que o debate acontece de maneira genuína e sem consensos artificiais. Essa visão crítica de Nascimento desafia a aliança formada por Lira, intensificando a disputa e trazendo uma camada extra de complexidade ao cenário político.

Conforme a disputa avança, Nascimento e Brito formam uma aliança estratégica para um possível segundo turno, intensificando a competição. Motta, apoiado pelo PP, reúne cerca de 197 votos, ainda insuficientes para vencer no primeiro turno, enquanto Nascimento e Brito, somando 104 parlamentares, buscam apoio adicional. Com 212 votos em jogo, o PL, com 92 cadeiras, e partidos de esquerda, com 126, tornam-se decisivos. Assim, a vitória dependerá das articulações com esses grupos.

Lira, conhecido por alcançar um recorde de 464 votos em sua eleição anterior, parece, desta vez, adotar a estratégia de uma coalizão mínima vencedora, reduzindo o custo de governabilidade e a necessidade de concessões extensivas. Sua escolha de deixar Nascimento de fora aponta para uma fragmentação intencional do “Centrão”, organizando-o em blocos menores e flexíveis, o que reforça sua capacidade de negociar.

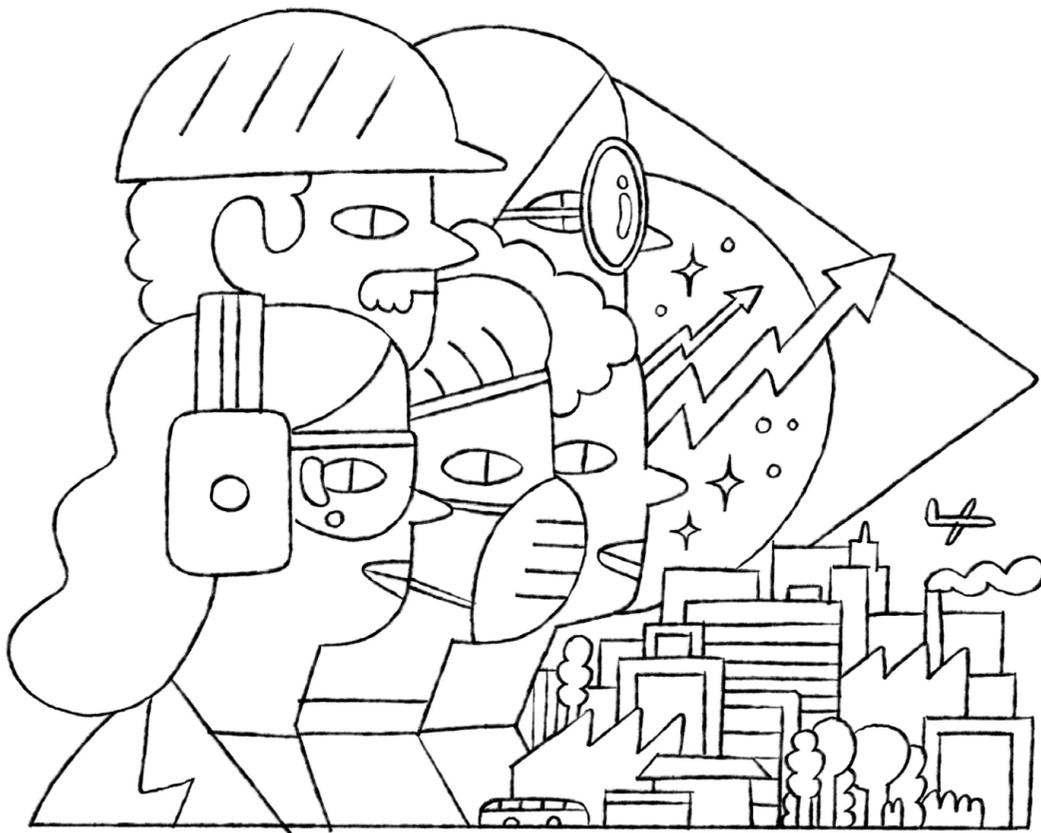
A exclusão de partidos centrais, como União Brasil e PSD, gera três cenários principais para o desfecho da eleição. No primeiro, Motta obtém o apoio do PL ou dos partidos de esquerda, enquanto Nascimento e Brito se fortalecem como oposição, resultando na vitória de Motta. No segundo, a aliança entre Nascimento e Brito não atrai novos apoios, permitindo que Motta vença ainda no primeiro turno. E, no terceiro, traições de última hora fragmentam os votos, mantendo o resultado incerto até o fim.

Recentemente, o apoio do PT e do PL a Motta e a mudança do União Brasil, que abandonou Nascimento em prol de Motta, adicionaram um tom dramático ao cenário. Nascimento sente-se traído tanto pelo seu partido quanto por Lira, que facilitou essa virada a favor de Motta. O governo, por sua vez, escolheu alinhar-se ao grupo mais forte, evitando o isolamento e garantindo uma governabilidade mais eficaz para 2025, com menor necessidade de concessões.

Esse processo mostra um parlamento em plena reconfiguração, em que alianças são negociadas a cada instante e lealdades são testadas. A disputa pela Presidência da Câmara, mais do que uma eleição, reflete uma batalha pelo controle do futuro político e pela governabilidade do país, influenciada também por lideranças regionais e suas agendas específicas, que têm intensificado os bastidores dessa disputa.

Deputados de estados como Bahia, Minas Gerais e São Paulo destacam-se como forças particularmente influentes, articulando-se para garantir que suas demandas locais sejam atendidas no próximo mandato da Presidência da Câmara. Essa pressão regional adiciona mais camadas ao cenário eleitoral, pois cada grupo busca assegurar que a nova liderança priorize pautas que beneficiem diretamente suas bases eleitorais.

Assim, a disputa pela Presidência se transforma não apenas em uma batalha por governabilidade nacional, mas também em uma arena em que interesses locais e regionais ganham peso, afetando as escolhas dos parlamentares e delineando o jogo de forças que definirá os rumos políticos para 2025 e além.



## Lei do Combustível do Futuro: um marco para a transição energética brasileira

» RENATA ISFER

Presidente executiva da Associação Brasileira do Biogás (ABiogás)

A recente sanção da Lei do Combustível do Futuro representa um momento histórico para o Brasil e um passo significativo em direção a um futuro mais sustentável e economicamente próspero. Como presidente da Associação Brasileira do Biogás (ABiogás), vejo esse marco regulatório como uma oportunidade sem precedentes para impulsionar a transição energética no país, consolidando nossa posição de liderança global nesse setor crucial.

A aprovação dessa lei abre caminho para um influxo substancial de investimentos no setor de biocombustíveis. Estimamos que, nos próximos anos, sozinho, o setor de biogás e biometano possa atrair mais de R\$ 100 bilhões em investimentos. Esses recursos não apenas fortalecerão nossa infraestrutura energética, mas também criarão milhares de empregos qualificados, fomentando o desenvolvimento econômico em diversas regiões do país.

O Brasil é reconhecido internacionalmente por sua matriz energética limpa, com destaque para a hidroeletricidade e o etanol. Com a Lei do Combustível do Futuro, reafirmamos nosso compromisso com a inovação e a sustentabilidade. Essa legislação posiciona o Brasil na vanguarda da transição energética global, oferecendo um modelo para outros países seguirem.

A nova lei é essencial para a descarbonização da economia brasileira, promovendo o uso de biocombustíveis nos setores de transporte e indústria. Isso não apenas diminui a pegada de carbono, mas também aumenta a competitividade do Brasil

em um mercado global que valoriza a sustentabilidade. A lei incentiva a mistura de biocombustíveis com combustíveis fósseis e apoia tecnologias como biometano e combustíveis sustentáveis de aviação. Estima-se que essa legislação pode reduzir as emissões de gases de efeito estufa no transporte em até 30% até 2030, beneficiando a saúde pública e os compromissos climáticos do país.

A Lei do Combustível do Futuro é mais do que uma política energética, é uma declaração de intenções do Brasil para o mundo, uma iniciativa estratégica do Brasil que alia crescimento econômico à responsabilidade ambiental, com potencial para transformar o setor de biocombustíveis e a economia nacional. Além de impulsionar a energia renovável, pode gerar novas oportunidades na agricultura, incentivando práticas sustentáveis e diversificando a renda dos produtores rurais.

Além disso, a lei incentiva a pesquisa e o desenvolvimento de novas tecnologias no campo dos biocombustíveis. Isso posiciona o Brasil como um hub de inovação em energia limpa, atraindo talentos e investimentos em pesquisa e desenvolvimento. Universidades, centros de pesquisa e startups terão um papel crucial nesse ecossistema de inovação, contribuindo para soluções que podem ser exportadas globalmente.

A transição energética promovida pela Lei do Combustível do Futuro irá beneficiar ainda a balança comercial brasileira ao reduzir a dependência de combustíveis fósseis importados.

Aumentando a produção de biocombustíveis, o Brasil fortalece sua segurança energética e abre novas oportunidades de exportação para produtos de alto valor agregado.

Para a implementação bem-sucedida da lei, é necessário um esforço conjunto de diversos setores da sociedade. O governo deve criar um ambiente regulatório estável para atrair investimentos, enquanto o setor privado precisa se adaptar às novas demandas do mercado. A ABiogás se compromete a colaborar com o governo, associações do setor, a comunidade científica e a sociedade civil para garantir a eficácia e a sustentabilidade dos objetivos da lei.

Também reconhecemos a importância da educação e da conscientização pública sobre os benefícios dos biocombustíveis e da transição energética. Planejamos iniciativas para informar a população sobre suas vantagens. O desafio é transformar essa visão em realidade, o que exigirá colaboração, inovação e compromisso com a sustentabilidade. A ABiogás está preparada para liderar esse esforço, oferecendo expertise técnica e apoio à implementação efetiva da lei.

O futuro energético do Brasil é promissor, sustentável e, acima de tudo, limpo. A Lei do Combustível do Futuro é o primeiro passo de uma jornada transformadora que beneficiará gerações futuras e consolidará o Brasil como um líder global na transição para uma economia de baixo carbono. Estamos no limiar de uma nova era energética, e o Brasil está pronto para liderar o caminho.